

POLÍTICAS PÚBLICAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E A JUVENTUDE BRASILEIRA

Paula de Macedo – UFRRJ
Email: pauladems@hotmail.com

1. Introdução

O grupo dos jovens compõe o segmento mais atingido pelo desemprego também no Brasil. O mercado de trabalho está cada vez mais exigente e os postos de trabalho cada vez mais escassos.

As políticas públicas de formação profissional destinadas à juventude, iniciadas na gestão do ex-presidente Lula, que foram mantidas na gestão da presidenta Dilma, atuam na falta de qualificação profissional dos jovens - no pressuposto de que há vagas de emprego, o que falta são profissionais qualificados. A participação nesses programas, entretanto, não garantiu uma redução significativa do desemprego juvenil.

Diante da realidade dos postos de trabalho, devemos questionar as promessas de inserção no mercado de trabalho, com a participação nos programas de qualificação profissional oferecidos pelo governo e discutir os seus reais objetivos.

2. Metodologia

A discussão em torno do desemprego da população jovem brasileira e os programas de qualificação profissional oferecidos pelo governo, como medida no combate ao desemprego juvenil, ocorrerá a partir da análise de fontes bibliográficas de autores como, Alves, Cardoso, Santos, entre outros, que abordam questões como juventude, políticas públicas e programas de educação profissional. Parte-se do pressuposto que, o objetivo principal desses programas, não é a qualificação profissional para o ingresso no mercado de trabalho, mas a contenção da população jovem das camadas populares.

3. Resultados e discussão

Diante das novas exigências do mercado de trabalho, o grupo dos jovens compõe o segmento mais atingido pelo desemprego no Brasil, principalmente para aqueles que buscam o primeiro emprego. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) de 2007, para o grupo de 15 a 19 anos, a taxa de desemprego passou de 13% para 23% entre 1995 e 2004, enquanto, para os jovens entre 20 e 24 anos saltou de 10% para perto de 16%. No momento atual os jovens têm adiado cada vez mais o ingresso no mercado de trabalho, principalmente os jovens entre 15 e 19 anos (queda de 57% entre 1995 e 2004). O estudo também mostrou que, alguns jovens conseguem ocupações, mas não empregos formais, sugerindo que a busca dos jovens pelo emprego tem características próprias, nem sempre captadas pela taxa de desemprego aberta (CARDOSO, 2007, p. 30,31).

Mesmo com o aumento da taxa de inserção de jovens no mercado de trabalho no período de 2000 a 2010, em um total de 53,5% contra apenas 44,8% na década anterior, ainda é uma questão preocupante não apenas para o Brasil. A taxa de desemprego entre os jovens de 15-24 anos foi de 16,3% em 2011, enquanto as taxas observadas para as idades de 25-49 e 50 anos e mais foram de 5,7% e 2,8%, respectivamente, no mesmo ano. Como em diversos países, as taxas muito baixas de emprego para jovens trabalhadores, geralmente elevam as taxas de desemprego. Os níveis de emprego aumentam se as entradas são maiores do que as saídas e vice-versa (MTE, 2013, p.23).

Mudaram as competências valorizadas pelas empresas, busca-se um novo trabalhador. O trabalhador da atualidade tem de ser multifuncional e flexível. “Flexibilidade é estar pronto para trocar constantemente de trabalho, de estar disponível para todas as mudanças, para todos os caprichos dos homens e mulheres de negócio” (DEL PINO, 2002, p.80).

O novo conceito utilizado para denominar o indivíduo adaptado às novas exigências do mercado de trabalho, é o conceito de **empregabilidade**, o qual apresenta a nova tradução da teoria do capital humano sob o capitalismo global: a educação ou a aquisição (consumo) de novos saberes, competências e credenciais apenas habilitam o indivíduo para a competição num mercado de trabalho cada vez mais restrito, não garantindo, portanto, sua integração sistêmica plena (e permanente) à vida moderna. Enfim, a mera posse de novas qualificações não

garante ao indivíduo um emprego no mundo do trabalho (ALVES, 2002, p.11- grifo nosso).

As novas exigências de qualificação e a formação de competências dos trabalhadores são consideradas naturais do ponto de vista do desenvolvimento científico e tecnológico e são uma condição para a geração de emprego e renda (SANTOS, 2004, p.3,8).

Com a valorização de novas exigências, a incerteza do emprego se intensifica, sendo considerada normal do ponto de vista do mercado. Com tantas pessoas excluídas do mercado de trabalho, a reposta para o emprego de uns e o desemprego de outros pode estar nas virtudes pessoais e não mais na qualificação.

O discurso governamental é que há vagas de emprego, mas que não existem profissionais qualificados. Segundo as informações veiculadas pelos meios de comunicação, a economia está crescendo e necessita de mão de obra qualificada. Os jovens são os que mais sofrem com esse discurso. De acordo com esse discurso, o desemprego ocorre por falta de qualificação dos trabalhadores.

A mídia e o governo querem repassar aos brasileiros com idade economicamente ativa, a ideia de que devemos buscar cada vez mais qualificações. “A nova ordem econômica acarreta desemprego e precarização do trabalho. A necessidade de produção de mercadoria em excesso, por meio de um processo destrutivo gera uma sociedade de excluídos” (SANTOS, 2004, p.8).

A educação se transformou numa mercadoria segundo as capacidades financeiras e interesses de cada um, não é mais um direito do povo. O emprego não é mais direito social, é uma capacidade individual para disputar as poucas vagas que o mercado de trabalho oferece. “Educação torna-se sinônimo de preparação para o mercado de trabalho, tornando alunos empregáveis, com cursos que se adequem as novas exigências da modernidade”. Com um conjunto de saberes e competências o indivíduo estaria apto para competir por uma vaga de emprego. “Atualmente, a educação é um investimento no capital humano individual. A escola foi reduzida à mera instância educativa das massas” (ALVES, 2002, p.71).

Pensando em diminuir o quadro de carências da nossa juventude, o governo do ex-presidente Lula (2003-2010) resolveu investir em políticas de qualificação profissional, destinadas aos jovens. Na sua gestão, foi criado o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM.

Dentre as vertentes do Projovem, se destaca o Projovem Urbano, que é um programa destinado aos jovens de 15 a 29 anos de idade, que não concluíram o Ensino Fundamental e buscam uma qualificação profissional. O foco principal do programa é a perspectiva de inserção dos jovens no mercado de trabalho, com o discurso de que com essa qualificação profissional, esses indivíduos terão a oportunidade de o fazerem. Indivíduos antes marginalizados pela sociedade se tornarão profissionais atuantes.

Todo esse discurso busca mascarar a realidade de que, o mercado não tem postos de trabalho para todos, independente de estarem qualificados ou não. O mercado de trabalho não é para todos. Ter um emprego hoje, é um mérito, é uma vitória num mercado competitivo. “A economia cresce e exclui indivíduos. O trabalhador é um instrumento de controle e manipulação do trabalho” (ALVES, 2002, p.11).

O capitalismo transfere a culpa desta política de mercado para o cunho individual, ou seja, culpa a vítima por sua situação. Diante do insucesso e fracasso, os jovens assumem a culpa por essa situação, como se fosse uma questão individual e não uma questão da política da exclusão. O desemprego não é um problema do jovem, mas da geração insuficiente de postos de trabalho para a população. Os trabalhadores não são culpados por não conseguirem espaço, numa sociedade que visa o lucro acima de qualquer coisa.

Com a escassez do mercado de trabalho, surge, o que podemos chamar de um novo “analfabetismo funcional”, que divide a população em qualificados e não qualificados profissionalmente.

Os programas de qualificação profissional oferecidos pelo governo não garantem emprego ao jovem, já que a qualificação oferecida é uma formação simples. Num mercado de competição acirrada não é o suficiente para disputar uma vaga de emprego.

Vários pesquisadores apontam o fato de que o verdadeiro objetivo desses programas não é qualificar o jovem para o mercado de trabalho, mas conter a possível ameaça que o jovem pobre e desocupado pode se tornar para a sociedade, já que esses programas são oferecidos principalmente em territórios, onde as ações do Poder Público não chegam.

Os fatos nos levam a crer que, todas essas medidas são na verdade uma satisfação à sociedade. Com uma única medida, os jovens são assistidos no que

mais necessitam e se elimina a ameaça em potencial constante representada pelos jovens desocupados de classes economicamente desfavorecidas, segundo o discurso oficial.

A ociosidade forçada de alguns jovens é um problema para a sociedade, pois o aproxima de condutas criminosas. Esse tempo livre é visto como sintoma de perigo, principalmente no caso de ser “jovem, negro e pobre”, essa tríade acompanha muitos jovens como uma maldição (IPEA, 2008, p. 152,153). O trabalho ainda é visto como uma forma de contenção dos jovens de classe popular.

Análises decorrentes de diversas pesquisas apontam que no atual modelo econômico e político globalizado, onde a miséria do mundo é encarada como natural, são necessárias intervenções nos processos que produzem essas situações.

4. Conclusão

O governo deve assumir a responsabilidade pela atual crise de postos de trabalhos insuficientes. Inaugurar novos postos e não mais culpar os trabalhadores por uma situação que é muito mais complexa do que uma simples “falta de qualificação”. Caso fosse esse o problema, seria necessário apenas, que todos os trabalhadores e jovens desempregados participassem dos programas de qualificação profissional do governo, como o Projovem, para que todos logo estivessem empregados.

Como nem mesmo, a participação nesses programas de inserção no mercado de trabalho garantem um emprego, significa que o problema é muito maior do que parece ou se quer demonstrar para a sociedade. A culpa dos cidadãos com idade economicamente ativa estarem desempregados, é da política de exclusão proposta pelo capitalismo em nome da globalização e não da falta de qualificação profissional.

REFERÊNCIAS

1. ALVES, Giovanni. Reestruturação produtiva, novas qualificações e empregabilidade. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**. 2 ed. Londrina: Práxis, Bauru: Canal 6, 2007, Cap. 10, p.245-256.

2. ALVES, Giovanni. **Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade. Mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI.** Maceió. v. 10, n. 16, p. 61-76, 2002. Disponível em: [www.estudosdotrabalho.org]. Acessado em: 17/05/09.
3. CARDOSO, Jose Celso; GONZÁLES, Roberto. Desemprego juvenil e políticas de trabalho e renda no Brasil: a experiência recente dos Consórcios Sociais da Juventude. **Inclusão Social.** Brasília, v. 2, n. 1, p. 30-46, out. 2006/mar. 2007.
4. DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social. PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.) **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002. Cap.3,4.
5. IPEA, Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise.** Nº.16, março, 2008. Disponível em: [www.ipea.gov.br]. Acesso em: 03/03/2009.
6. MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise.** IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Nº 55, 2013.
7. SOUZA, Jose dos Santos. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da política de educação profissional. **Revista da FAEEBE - Educação e Contemporaneidade.** Salvador, v.13, n.22, p. 1-15, jul/dez, 2004.